
RESENHA

Resenha: Aline Andrade Weber Nunes da Rocha

Autor: Bonilla, Maria Helena Silveira. Políticas Públicas para Inclusão digital nas Escolas. Revista Motrivivência Ano XXII, no 34, p.40-60 jun./2010

O artigo Políticas Públicas para Inclusão Digital nas Escolas, de Maria Helena Silveira Bonilla, discute a problemática das políticas públicas para inclusão digital nas escolas brasileiras.

Inicialmente, a autora tensiona a problemática da questão inclusão/exclusão digital e a utilização do termo inclusão, a partir do lançamento do Livro Verde do Programa Sociedade da Informação no Brasil, em 2000, entendendo que seu uso se justifica em função de ser facilmente compreendido pela maioria da população e, ter suscitado um movimento social em prol à acessibilidade das TICs.

Com a mudança de governo em 2003, há um incremento nas iniciativas governamentais para inclusão digital. O que se discute, no entanto, é o quanto tais iniciativas contribuem para que os sujeitos possam efetivamente, através das tecnologias, participarem ativamente da sociedade e o papel da escola nesse contexto.

A autora observa que, de um modo geral, a maior parte dos projetos que envolvem inclusão digital e educação, restringem-se à realização de atividades escolares nos centros de acesso público. Assim, a lógica de consumo de informações, característica da web 1.0, não foi superada. Para gestores públicos educação e inclusão digital estão em planos de abordagens distintos.

Nesse sentido, a autora constata que a cultura digital não é percebida como parte integrante dos processos pedagógicos e das aprendizagens dos alunos, permanece essencialmente em seu caráter instrumental, enfatizando o aspecto conteudista da escola.

Como afirma a autora, os tempos contemporâneos são marcados pela cultura digital, entretanto não basta acesso às TIC, é necessário investir na democratização de seus usos, investindo na formação de professores.

Após a análise dos usos das TICs, a autora apresenta um breve histórico das políticas públicas, indicando o PROINFO como principal programa a oportunizar o acesso das escolas à tecnologia digital, tendo como um de seus principais objetivos o de

conectar as escolas à Internet, o que só começou a ocorrer em 2008, com o Programa Banda Larga nas Escolas.

Entretanto, todas as iniciativas de inclusão digital são pautadas na lógica da instrumentalização, da capacitação, com objetivo de tornar as práticas pedagógicas mais atraentes e, pouco ou nenhum questionamento em relação ao modelo pedagógico instituído.

A autora distingue ainda o PROINFO urbano do PROINFO rural, delimitando os objetivos de cada programa. Menciona o Decreto 6424, de 2008 que lança o Programa Banda Larga nas Escolas, com a participação das operadoras de telefonia e da Agência Nacional de Telecomunicações, cujo objetivo é conectar escolas da rede pública urbana do país até 2010 e oferecer acesso até 2025.

A principal problemática constata nas iniciativas do Governo Federal é que programas e projetos de inclusão digital não se fortalecem mutuamente e não atendem a todas as demandas das escolas. Desta forma não basta equipar, mas sobretudo formar através de uma política forte de formação do professor, numa perspectiva colaborativa.

É nesse sentido que Bonilla e Pretto (2007) reconhecem a importância do acesso às TICs, mas consideram que essa não é suficiente para a construção da cultura digital. É preciso, segundo os autores, liberdade de experimentar diversas possibilidades oferecidas pelas TIC, numa perspectiva de compartilhamento, quebrando o paradigma de cada um por si, fazendo emergir uma nova cultura, a cibercultura.

Segundo a autora, o UCA, é outro projeto com implementação lenta, devido aos problemas nos processos de aquisição dos laptops. A autora questiona também a falta de clareza na definição da utilização dos laptops, de seus objetivos que, inicialmente estavam pautados no potencial pedagógico dos laptops em sala de aula. Mas o que é entendido como pedagógico? Apenas perspectiva de uso da ferramenta a favor dos conteúdos? Qual seria a relação entre dimensão pedagógica e inclusão digital?

Ainda em relação ao UCA, mesmo de posse dos laptops, o que fazer com eles em casa, sem conexão? Como explorar os diversos ambientes para a formação de uma cultura digital? Mesmo com todas essas limitações de implementação o projeto seguiu e hoje temos as escolas beneficiadas equipadas com os laptops do consórcio CCE/DIGIBRAS/METASYS.

O livro Formação Brasil (UCA, 2009), permanece destacando a importância do uso pedagógico dos laptops, mas já há menção à necessidade de criação de uma cultura de redes cooperativas e interativas na web 2.0, potencializando a comunicação

através do uso do laptop. Caso contrário, continuaremos numa lógica reducionista do uso do laptop por alunos e professores.

A autora conclui o artigo afirmando que promover a inclusão digital é oportunizar a participação de cada sujeito social no movimento da cibercultura para que ele não seja mero consumidor de informações, de bens e de cultura.